

# Mulheres na imprensa periódica portuguesa oitocentista<sup>1</sup>

Fátima Outeirinho\*

Universidade do Porto, ILCML

Em 1864, publicava-se em dois volumes *Memórias da minha vida. Recordações de minhas viagens* de Josephina Neuville.<sup>2</sup> Porém, curiosamente, anos antes, em 1858, já se falava destas memórias em folhetim do jornal diário lisbonense *A Revolução de Setembro*. Na crónica então publicada, Francisco Serra, sem identificar a autoria, alertava para os riscos que uma tal obra corria, sobretudo por ser de uma senhora. No ano seguinte, de novo esta obra seria objeto de atenção num folhetim não assinado<sup>3</sup> e reproduzido depois no livro publicado, em espaço liminar. Nesse texto, pode ler-se: “Desde que em Lisboa constou que a obra era minha, não cessei de receber cartas anónimas em que procuravam atemorizar-me com ameaças para não realizar essa publicação” (1864: IV).<sup>4</sup> E mais adiante, acrescenta-se:

Sosseguem, tranquilizem-se pois; é verdade que nessas Memórias não falo só de mim; seria ridículo e excepcional, senão mesmo impossível.

Se juntei ao livro algumas breves análises geográficas e históricas, não se sobressaltem as literatas do país que não irei disputar glórias que não ambiciono, por que não foi para conquistar glória que escrevi. (*idem*: IX)

Não a movendo a ideia de ser *un bas bleu*, em introdução à sua obra, Josephina Neuville dirá que escreveu para se distrair dos seus pesares, tal argumento apoiando a frequente instrumentalização da escrita de autoria feminina para que Christine Planté (1989) aponta quando refere três conceções e práticas de escrita, a escrita vista como

terapia, a escrita didática e a escrita ganha-pão, o propósito criativo parecendo estar ausente como justificação para uma atividade literária. Nas reflexões que partilha com os leitores, Josephina Neuville observará ainda:

Dizem que em Portugal as senhoras não escrevem, excetuando alguns versos e historietas, e que são raras aquelas que se ocupam de ler.

Se não aparecem mais obras das belas lusitanas, é que a fragilidade do seu sexo aqui é maior, fazendo que prefiram antes bolos e enfeites a buscarem na leitura o meio de se fazerem apreciar numa reunião pelos dons do espírito e da inteligência. (*idem*: X-XI)

Serve este breve introito para lembrar aspetos vários que importam quando se trata de pensar e enquadrar fenómenos de escrita e de leitura que atingem a mulher no século XIX:

1. a existência à época de uma rubrica jornalística denominada folhetim e a atenção aí dada às novidades editoriais;
2. as consequências / resistências ao nível da receção de uma obra assinada no feminino;
3. a existência de uma categoria judicativa disfórica em circulação para a mulher autora, a de *bas bleu*;<sup>5</sup>
4. a alegada mesquinhez de um meio pequeno que levaria as poucas mulheres que escreviam a não experimentar dinâmicas do que hoje chamaríamos de formas de sororidade;
5. a desvalorização, à época, em Portugal, de uma produção literária no feminino;
6. a situação de maior fragilidade da mulher em Portugal que a leva a *preferir* – o termo é o de Neuville – papéis socialmente impostos que não passam pelo culto de uma vida intelectual.

Procurando atentar nalguns destes eixos, começaria por sublinhar o papel do jornalismo enquanto meio de visibilidade para aqueles que se entregavam às Letras em Oitocentos (Outeirinho 2003; Outeirinho 2013), tanto mais que, como observa Cláudia Pazos Alonso, “qualquer avaliação da escrita feminina dessa época tem forçosamente de se deter em periódicos” (2021: 12-13), pois considerável parte de uma escrita feita por mulheres encontrava nesse suporte meio, com frequência efémero, de disseminação.

Com efeito, se tal é verdadeiro pelas relações estreitas e porosas que se desenvolveram entre jornalismo e literatura a atravessar o campo literário de então, quando se trata de considerar uma arqueologia do feminino ou de uma escrita de autoria feminina, a imprensa periodística surge como espaço de acolhimento de toda uma produção, por vezes sem prolongamentos noutros suportes impressos, e bem reveladora de inúmeras tentativas por parte de mulheres para percorrer um caminho criativo ou, pelo menos, um caminho de exercício de uma atividade intelectual, o caso de Ana Plácido ou de Francisca Wood sendo bons exemplos desse facto.

Nesta relação com o periodismo, cabe igualmente lembrar a importância do folhetim, espaço gráfico bem delimitado no interior do universo do periódico e que aqui elegemos como foco de atenção. Em estudo de 2003, procurei definir o folhetim para que não se reduzisse o seu mais comum entendimento à publicação de romance em folhetim ou de romance-folhetim – objetos, por vezes distintos –<sup>6</sup> e para se identificar o seu contributo numa relação com o mundo das letras. Retomo o que então escrevi:

Descrito em termos físicos, o folhetim surge como uma secção do jornal, de regularidade variável, que ocupa toda a parte inferior da página numa publicação, encontrando-se o texto distribuído por diferentes colunas. (Outeirinho 2003: 21)

Ao oferecer ao literato um espaço de maior exposição, o periódico não só contribui para um aumento da importância e visibilidade do homem de letras como ainda funciona como motor impulsionador de produção textual e de difusão dessa mesma produção. (*idem*: 45)

Na verdade, tal como sucede com outras produções discursivas, a escrita no folhetim faz-se predominantemente no masculino.<sup>7</sup> Contudo, um estudo do periodismo do século XIX e do folhetim tem permitido verificar declinações múltiplas do feminino, quer como objeto, quer como agente, e numa ligação a produções discursivas de sinal muito diverso; com efeito, o folhetim “funciona enquanto janela em que a mulher é mostrada e se mostra (...) num século em que o seu papel na sociedade se encontra obscurecido” (*idem*: 214).

Ora com Josephina de Neuville é precisamente isso que sucede, não porque *Memórias da minha vida. Recordações de minhas viagens* seja publicado em folhetim, isto é, em episódios, nas páginas de um periódico, mas porque o folhetim-crónica se faz eco da atualidade, se apresenta como espaço de produção de opinião, fazedor de opinião<sup>8</sup> e, por

essa via, confere visibilidade à autora e à sua obra. Neste contexto, seria do meu ponto de vista relevante não apenas rastrear e estudar, de um modo sistemático, discursos críticos sobre mulheres, mas também discursos críticos de mulheres, sobre produção de mulheres, na imprensa periódica de Oitocentos: quer numa imprensa dita generalista dirigida a um público variegado, quer numa imprensa feminista ou não feminista, mas sempre pensada para um público constituído por mulheres. Se os textos de Maria Amália Vaz de Carvalho conhecem já alguma investigação, seria talvez de atentar nos rastros de mulheres cronistas no Portugal do século XIX e nos discursos sobre uma escrita de autoria feminina não apenas estrangeira, mas também nacional. Esta figura da cronista – de aparecimento tardio entre nós quando comparado com a realidade francesa que, já na primeira metade do século, conhece as crónicas de Delphine Gay, travestida em Vicomte de Launay, reunindo os seus textos saídos no jornal *La Presse* sob o título *Lettres Parisiennes* – permitiria chegar a uma visão mais rigorosa das representações do feminino numa tensão entre a reprodução de papéis sociais esperados e a emergência de novos papéis, isto na sua relação com a inscrição na vida feminina de uma atividade intelectual e/ou criativa.

Josephina Neuville, retoricamente ou não, procura descansar as literatas do seu país para que não se sobressaltem, já que não tenciona disputar glórias; mais tarde, em 1902, por exemplo, ainda encontramos o testemunho de Maria Veleda, em artigo sobre a poetisa Júlia de Gusmão, a denunciar a crítica feminina perante a mulher autora:

(...) a Mulher que comete a ousadia de expor em público a sua opinião, conhece antecipadamente o martírio a que se vota, desde a lapidação nos domínios da crítica máscula à crucifixão por parte do elemento feminino, que, na sua grande parte, não perdoa às desertoras do pot-au-feu o negro crime de preferirem ao misterioso cenáculo da má língua, (...) as ativas colunas de um jornal. (1902: 1)

Importa também apurar o que sucede ao nível de uma atividade de crítica. Será que à rarefação metadiscursiva sobre um fazer literário e sobre as razões de um fazer literário que se verifica na escrita de mulheres de letras portuguesas de Oitocentos corresponde uma rarefação de um discurso crítico no feminino, nomeadamente através da crónica?

Quando nos acercamos do espaço do folhetim, a presença de uma escrita de autoria feminina vai da poesia à ficção narrativa, à tradução, passando, embora com menor frequência pelo exercício da crítica num registo cronístico, nestes casos, tantas vezes,

sob a capa da pseudonímia. Com efeito, como já observámos em estudo anterior, “[a] presença de uma escrita no feminino relativa ao mundo da moda, no início da década de sessenta, raramente se estende à crónica enquanto revista dos acontecimentos da semana” (Outeirinho 2003: 310) e, acrescentaríamos agora, raramente se estende a uma atividade de crítica literária, Guiomar Torrezão<sup>9</sup> e Maria Amália Vaz de Carvalho<sup>10</sup> surgindo como exceções por um fazer crítico mais regular que cultivam, mas quase sempre, é importante notar, em torno de um objeto de atenção de autoria masculina ou de autoria estrangeira.

A propósito da entrega a uma atividade cronística, referi acima o uso que encontramos da pseudonímia, uso que várias mulheres autoras adotarão; Valentina de Lucena, pseudónimo de Maria Amália Vaz de Carvalho é disso sinal. Este uso poderá ser visto como medida cautelar contra um possível *feedback* crítico demolidor? Provavelmente sim e não por acaso, já o século XIX vai muito adiantado, Sanches de Frias dirá: “Quanto à mulher sábia ou meramente letrada, só por exceção a toleramos” (1911: 151). Porém, há que reconhecer que tal estratégia de ocultamento da verdadeira entidade autoral não é, na verdade, um exclusivo feminino. Com efeito,

[a] opção pelo anonimato ou pela pseudonímia (...) faz-se cautela face a uma identidade em construção, face a um processo de legitimação social em curso, também para o literato já com poder simbólico, até porque, por preconceito ou por convicção, muitos entendem o folhetim enquanto actividade menor dentro do culto das letras. Além do mais, o letrado oitocentista raramente se entrega em exclusivo a esta actividade. Dentro do campo social, ele exerce ou poderá exercer actividades diversas. (Outeirinho 2003: 98-99)

A justificar o uso de pseudónimo está igualmente uma valoração distintiva da diversa produção textual a que o cronista se entrega. Lembro aqui o exemplo de António da Cunha Belém, o qual distingue, valorativamente, os seus diversos folhetins publicados na *Revolução de Setembro*, ora através da adopção do pseudónimo Christovam de Sá na crónica-folhetim em que trata de assuntos de algum modo mundanos, ora usando o seu verdadeiro nome em folhetins de crítica literária ou sobre questões que considera de facto sérias (Outeirinho 2003).

No caso da mulher autora, a consciência de que existem resistências ao nível da receção de uma obra assinada no feminino e de que consequências desfavoráveis poderão ser sentidas face a uma ação transgressora que coloca a mulher na esfera pública

– e lembre-se o exemplo apontado por Neuville –, tal facto justifica travestimentos autorais adequados a diferentes contextos de produção textual. Assim,

[a] pseudonímia torna-se particularmente importante no caso da mulher autora, porquanto lhe permite evitar escolhos vários tais como juízos de valor baseados em códigos morais e sociais que remetem os papéis femininos para a esfera do privado. Acresce o facto da mulher autora poder dessa forma ser tomada a sério e percorrer caminhos de visibilidade social por interposta entidade, bem como explorar domínios da escrita tradicionalmente considerados pertença do sexo masculino. (*idem*: 45)

Mas o rastreamento de uma visibilidade feminina no espaço periodístico e nomeadamente no folhetim resulta, além do mais, na tomada de consciência da importância de um público leitor feminino de crescente importância, com interesses particulares, e que resulta na multiplicação de estratégias de pseudonímia, a gerar equívocos pelo menos num primeiro momento, e de responsabilidade masculina. Na verdade, assiste-se a uma usurpação da condição feminina por parte do autor masculino, folhetinista encartado, a controlar verosimilmente o jogo da escrita e da leitura, representando com profissionalismo um papel que não é seu, mas que terá impacto não negligenciável junto das mulheres leitoras, não podendo ser, por esse motivo, ignorado.

Lembro apenas um exemplo colhido no jornal portuense *O Commercio do Porto*, periódico que manterá, durante os primeiros anos da década de 60, uma rubrica intitulada “Carta acerca de Modas”, assinada por Izabel de Grosbois, mas, na verdade, escrita por Teixeira de Vasconcelos.<sup>11</sup> Trata-se de cartas enviadas de Paris, espaço cultural visto, à época, como modelo de progresso civilizacional por excelência. Numa *démarche* comparativa, identificam-se diferenças entre Portugal e França, nomeadamente no que toca a formas de conduta feminina. Tais crónicas, refira-se de passagem, permitem tomar contacto com representações do Outro estrangeiro e com representações de Portugal e da mulher portuguesa então em circulação, representações desde logo masculinas do feminino.

Izabel de Grosbois assume-se como cronista de modas e historiadora das modas parisienses. Nos seus textos,<sup>12</sup> descreve-se, com detalhe, diferentes elementos da moda de vestuário e seus acessórios (mulher, homem, criança) e indica-se a ocasião adequada para o seu uso:

Uma elegante de Paris veste-se umas poucas de vezes por dia. Robe-de-chambre ao levantar-se. Vestido simples para o almoço. Toilette singelo para sair a compras. Toilette mais complicada para passeio. Outra para o jantar e finalmente a toilette de baile ou teatro. E todas estas mudanças são indispensáveis e às vezes de grande influência na vida! E mais não o parecem. (Grosbois 1861)

A representação da mulher que emerge nesses folhetins dá conta da forte atenção e preocupação face à moda, revelando uma figura feminina que valoriza grandemente a aparência. Ora, transformando-se o cronista numa figura feminina, representante afinal do modelo cultural francês tão valorizado entre nós e que levará Eça de Queirós a afirmar que Portugal é um país traduzido do francês em vernáculo, trata-se de fazer perdurar representações da mulher que continuam a conduzi-la por caminhos em que, como dizia Josephina Neuville, preferem bolos e enfeites e, quando entregue à escrita, a construção de uma figura de mulher autora é pensada ainda numa ligação ao enfeite que a moda também é.

Estudar então de forma abrangente processos de pseudonímia a envolver a mulher oitocentista seria não apenas uma forma de sistematização de informação que se encontra dispersa, mas contribuiria também para perceber melhor dinâmicas, de algum modo perversas, que ajudariam a manter o *status quo*.

Partilhadas estas breves notas e sugestões de caminhos de investigação, de maior fôlego, focados no rastreamento de um discurso crítico sobre produção de mulheres autoras no periodismo de Oitocentos e na prática da pseudonímia em Portugal, concluiria lembrando que se a imprensa periódica, e o folhetim enquanto rubrica jornalística, se caracterizou como espaço sem fronteiras, “um *no man's land* que se converteu, gradualmente, num *everyman's land* da república das letras” (Outeirinho, 2013), em certa medida permitiu a emergência da mulher, *fake* ou não no rodapé do periódico, através de múltiplas declinações, autorizando então a possibilidade de considerarmos essa rubrica jornalística um pouco uma *every women's land* no campo literário do século XIX, espaço jornalístico que foi de maior liberdade a acolher toda uma diversidade de produções discursivas e de protagonistas.

## NOTAS

- \* Maria de Fátima Outeirinho é Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde leciona nas áreas dos Estudos Franceses e da Literatura Comparada, tendo-se doutorado precisamente nesta última área de conhecimento com uma tese sobre *O Folhetim em Portugal no Século XIX: uma nova janela no mundo das letras* (2003). Entre 2019 e 2021, coordenou o grupo Inter/transculturalidades no quadro do projecto “Literatura e Fronteiras do Conhecimento: Políticas de Inclusão” do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, unidade da qual é coordenadora científica desde 2022. É neste âmbito que desenvolve investigação, nomeadamente no domínio da Literatura de Viagens, campo também de docência. Tem como principais domínios de investigação a Literatura Comparada, Literatura e Cultura Francesas (Séculos XVIII e XIX), Relações Literárias e Culturais Portugal-França, Estudos sobre as Mulheres, Literatura de Viagens. É autora e organizadora de diversos estudos críticos nestes domínios.
- <sup>1</sup> Este artigo foi escrito no âmbito da investigação desenvolvida no Instituto de Literatura Comparada, Unidade I&D financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e para a Tecnologia (UIDB/00500/2020).
- <sup>2</sup> A autora nasceu em 1833, no Rio de Janeiro, vindo a residir em Lisboa. Das suas memórias afirma Inocêncio Francisco da Silva (1885: 247): “Refere com minuciosidade e interesse a sua vida, bem povoada de incidentes e contrariedades, na seguinte obra, que, por compreender alguns trechos de ruído e escândalo, obteve para logo rápida extracção.”
- <sup>3</sup> Folhetim em *A Revolução de Setembro* (1859).
- <sup>4</sup> Optou-se por adotar uma grafia atualizada no que toca aos textos oitocentistas citados.
- <sup>5</sup> Lembremos como ilustração de representações disfóricas em torno da *bas bleu* a obra de Frédéric Souillé, *La physiologie du bas-bleu*, e que integra todo um desenvolvimento taxonómico em torno desta figura feminina, numa analogia processual com a área da biologia que classifica os diferentes animais por grupos e espécies: “Il y a des Bas-Bleus de tous les âges, de tous les rangs, de toutes les fortunes, de toutes les couleurs, de toutes les opinions (...)” (1841: 6).
- <sup>6</sup> Na verdade, nem todo o romance publicado no espaço do folhetim estava estribado em estratégias narrativas de base com vista à construção de um objeto textual adequado a este novo meio de publicação, prática esta que dará lugar à identificação de um subgénero romanesco que é o romance-folhetim.
- <sup>7</sup> “(...) espaço do folhetim funcionará ao longo do século XIX como janela onde a mulher-escritora se pode debruçar e mostrar-se a todo o público leitor; uma janela maioritariamente ocupada pela figura masculina no que respeita a uma prática de enunciação” (Outeirinho 2003: 304).
- <sup>8</sup> Inocêncio Francisco da Silva (1885: 247) refere que um juízo crítico de Teixeira de Vasconcelos se publicou na *Gazeta de Portugal*, n.º 521, 17 de agosto, 1864.
- <sup>9</sup> Lembremos, como exemplos, *Meteoros* e *Theatro e na sala*, duas das suas obras que reúnem parte dessa produção.
- <sup>10</sup> A sua obra *Chronicas de Valentina* é tão só um exemplo.
- <sup>11</sup> No prólogo a *Cartas de Paris* (1908), colectânea de folhetins de Teixeira de Vasconcelos, revela-se a verdadeira identidade de Izabel de Grosbois.
- <sup>12</sup> Consulte-se Outeirinho (2003) sobre mais desenvolvimentos em torno destes textos.

## Bibliografia

- Alonzo, Cláudia Pazos (2021), *Anticlericalismo e feminismo na imprensa oitocentista. Os artigos de fundo de Francisca de Assis Martins Wood*, Porto, Edições Afrontamento, col. Estudos de Literatura Comparada.
- “Folhetim” de *A Revolução de Setembro*, 21 de janeiro, 1859.
- Frias, Sanches de (1911), *A Mulher. Sua infância, educação e influência social*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, Editor.
- Grosbois, Izabel de, (1861), “Carta ácerca de Modas”, *O Commercio do Porto*, 1 de fevereiro.
- Machado, Julio Cesar (1862), “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 1 de outubro.
- Neuville, Josephina de (1864), *Memorias da minha vida. Recordações de minhas viagens*, Lisboa, Typographia do Panorama.
- Outeirinho, Maria de Fátima (2003), *O folhetim em Portugal no século XIX: uma nova janela no mundo das letras*, Porto, FLUP.
- (2013), “Da Crónica-folhetim no Oitocentismo Português: algumas (in)visibilidades”, in Silva, J. B. & Castanheira, M. Z., *Entre Classicismo e Romantismo: Ensaio de Cultura e Literatura*, Porto, FLUP / CETAPS: 159-171.
- Planté, Christine (1989), *La Petite Sœur de Balzac. Essai sur la Femme Auteur*, Paris, Seuil.
- Serra, Francisco (1858), “Memorias de uma Senhora”, *A Revolução de Setembro*, 31 de março.
- Silva, Inocêncio Francisco (1885), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. XIII, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Soulié, Frédéric (1841), *La physiologie du bas-bleu, vignettes de Jules Vernier*, Paris, Aubert & Cie-Lavigne.
- Velleda, Maria (1902), “D. Julia de Gusmão”, *A Chronica. Revista Illustrada e Litteraria*, n.º 79, nov., p. 1.